



Câmara Municipal de Jardimópolis

Estado de São Paulo

EMENTA: Requer ao Senhor Prefeito que envie a esta Casa de Leis informações com relação à limpeza urbana e segurança em áreas da municipalidade etc.

DESPACHO:

REQUERIMENTO N.º 10/2024

À Presidência:

O Vereador infra-assinado vem à presença desse Plenário Legislativo requerer o quanto se segue ao Senhor Prefeito de Jardimópolis:

Requeiro ao Senhor Prefeito que encaminhe, se possível, este questionamento à sua Secretaria de Meio ambiente e Agricultura, para sanar as questões abaixo e com intuito de intensificar fiscalizações na garantia da ordem pública, principalmente no que tange à limpeza urbana em áreas, o bloqueio do avanço do mosquito *Aedes Aegypt* em proliferação em áreas verdes, a diminuição de espaços propícios a esconderijos de meliantes em áreas de mato alto, inclusive sendo depósito de produtos fruto de ilícitos e, por último, mas não menos importante, a oferta de mato para alimentação de cavalos soltos pelo município, um dos motivos pelos quais o “criador” solta os animais nessas áreas. Pergunto:

- 1 – De quem é a responsabilidade pela manutenção das áreas verdes do município, quanto a roçadas e limpeza? De quem é a competência do desimpedimento de áreas verdes invadidas do município?
- 2 – A quem compete fiscalizar e manter livre de invasões as áreas verdes do município?
- 3 – De quem é a competência da fiscalização e ações legais a serem tomadas quanto à criação de animais de grande porte em áreas urbanas? Em qual lei se baseia a Secretaria?
- 4 – Quantas ocorrências sobre captura de cavalos efetivamente resultaram na captura do animal, sob o contrato vigente de capturas? Quantos foram resgatados sob pagamento da multa e estadias?
- 5 – Quanto foi arrecadado com multas e estadias sob o contrato de capturas vigente no município? Qual o destino desses valores?
- 6 – Animais que não foram resgatados pelos seus donos, que destino tiveram? Qual a quantidade de animais nessa condição?
- 7 – Quais áreas são responsabilidade da SEAMA quanto à limpeza, conservação e manutenção da propriedade pública?
- 8 – Existe algum relatório emitido pela empresa para que se possa aferir a efetividade do contrato? Como isso é controlado pela SEAMA?



Câmara Municipal de Jardimópolis

Estado de São Paulo

9 – Por diversas vezes, relatado em mensagens pelo atual secretário da Pasta do Meio Ambiente, bem como pelo seu fiscal de campo, a empresa deixou de responder e/ou atender demandas deflagradas via celular, inclusive enviando prints a esse vereador? Qual providência efetiva foi tomada uma vez que configura descumprimento de contrato o não atendimento ou atendimento fora de tempo hábil? Foi documentada qualquer ação que porventura possa ter sido tomada? Anexe ao requerimento.

10 - É permitida a criação de animais de grande porte em área urbana? Qual o embasamento?

11- Atualmente, quantos e quais funcionários compõem a SEAMA? Quais são as funções que exercem atualmente?

Sala das Sessões, 5 de fevereiro de 2024.


Leandro Moretti Serrano
Vereador



Comprovante de assinatura eletrônica

Documento: Req 10-2024 - Leandro

ID única do documento: #O4DBIMM4liEcRlq0d6d9jCMLE8O6ZNVV

Este Log é exclusivo ao documento #O4DBIMM4liEcRlq0d6d9jCMLE8O6ZNVV e deve ser considerado parte do mesmo, com os efeitos prescritos nos [Termos de Uso](#).

Assinaturas e histórico

Data de solicitação: 2024-01-31 09:38:58

Mensagem: Assinar....

Destinatário: leandromoretti@jardinopolis.sp.leg.br | C.P.F: 215.786.148-30 | 172.71.2.154

Data: 31/01/2024 09:52:48 | Hash: #zUUCq3z1TM0Byk7fVdjZklf4iArq7SF9

O documento não foi modificado, a assinatura eletrônica é válida para LTV. Assinatura com validade jurídica conforme a lei 14.063 na modalidade de "Assinatura eletrônica avançada", Art. 4o, §2.

Autenticidade deste documento poderá ser verificada em:
<https://app.assinadoc.com/validate/O4DBIMM4liEcRlq0d6d9jCMLE8O6ZNVV>



Datas e horários baseados no fuso horário (GMT -3:00) em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)

ASSINATURA ELETRÔNICA
QUALIFICADA



Conforme
MP 2.200-2/01
e Lei 14.063/20